

QUESTÕES 2012

1 - (Prova: TRT 15R - 2012 - TRT - 15ª Região - Juiz)

Assinale a alternativa incorreta:

- **a)** O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do art. 29 da Lei 8.112/90.
- **b)** Consideram-se formas de provimento original a nomeação de pessoa estranha aos quadros do serviço público, bem como a de pessoa que já exercia função pública como ocupante de cargo não vinculado àquele para o qual foi nomeada.
- **c)** A vedação de remuneração de servidor por órgão de deliberação coletiva não se aplica à remuneração devida pela participação em conselhos de administração e fiscal das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, bem como quaisquer empresas ou entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social, observado o que, a respeito, dispuser legislação específica.
- **d)** O tempo de serviço do servidor afastado para exercer mandato eletivo será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- **e)** O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

2 - (Prova: FCC - 2012 - TRE-SP - Analista Judiciário -)

Instruções: Para responder às questões de números 14 a 16, considere a Lei nº 8.112/1990.

Miguel servidor público federal, ocupava o cargo de analista judiciário da área administrativa, junto ao Tribunal Regional Eleitoral. Atualmente

encontra-se em disponibilidade. Entretanto será possível seu retorno à atividade, a ser feita por

- **a)** remoção, de ofício ou apedido, para cargo de atribuições correlatas e vencimentos assemelhados, ou não, com o anteriormente ocupado.
- **b)** redistribuição obrigatória em função de atribuições e remuneração assemelhadas com o anteriormente ocupado.
- **c)** substituição facultativa, em qualquer cargo com atribuições e vencimentos correlatos com o exercício da função.
- **d)** aproveitamento facultativo em cargo de atribuições e vencimentos superiores com o exercício da função anterior.
- **e)** aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

3 - (Prova: FCC - 2012 - TRE-SP - Analista Judiciário)

Instruções: Para responder às questões de números 16 a 17, considere a Lei n 8.112/1990.

Mariana, servidora pública federal, participa de uma Comissão para a elaboração de questões de provas, enquanto Lucas, também servidor público federal, supervisiona a aplicação, fiscalização e avaliação de provas de concurso público para provimento de cargos no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral. Ambos os servidores têm direito à gratificação por encargo de concurso, sendo que o valor máximo da hora trabalhada corresponderá a valores incidentes sobre o maior vencimento básico da Administração Pública Federal, respectivamente, nos seguintes percentuais:

- **a)** 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) e 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento).
- **b)** 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) e 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento).
- **c)** 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento) e 1,1% (um inteiro e um décimo por cento).

- **d)** 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento) e 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento).
- **e)** 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) e 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento).

4 - (Prova: FCC - 2012 - TRE-SP - Analista)

Marco Antônio, ocupando o cargo de analista judiciário, na área de psicologia, no Tribunal Regional Eleitoral, foi investido no mandato de Vereador no Município de São Paulo. Nesse caso, Marco Antônio

- **a)** será afastado de seu cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração havendo ou não compatibilidade de horário.
- **b)** perceberá as vantagens de seu cargo, com prejuízo da remuneração desse cargo eletivo, observada a compatibilidade de horário.
- **c)** perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração desse cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horário.
- **d)** será afastado de seu cargo efetivo, não podendo optar pela sua remuneração, que será a própria desse cargo havendo ou não compatibilidade de horário.
- **e)** perceberá a remuneração do cargo eletivo, com prejuízo das vantagens de seu cargo efetivo, ainda que haja compatibilidade de horário.

5 - (Prova: PC-SP - 2011 - PC-SP - Delegado de Polícia /)

Constituem formas de provimento derivado de cargo público, à luz da Constituição Federal,

- **a)** a readmissão e a promoção
- **b)** a readmissão e a reversão ex officio.
- **c)** a reintegração e a transposição.

- **d)** o aproveitamento e a transposição.
- **e)** a reintegração e o aproveitamento

6 - (Prova: VUNESP - 2012 - TJ-MG - Juiz)

Analise as afirmações a seguir.

I. Maria, servidora estável, reingressou no serviço público após ter sido colocada em disponibilidade em decorrência da extinção do cargo que ocupava.

II. João, servidor aposentado por invalidez, retornou à ativa após ser constatada pela perícia médica a insubsistência dos motivos que levaram à sua aposentadoria.

III. Manuel, policial militar, retornou à corporação após a Administração ter constatado a ilegalidade do ato que o demitiu.

IV. Alice, reprovada no estágio probatório do cargo para o qual foi nomeada, voltou a ocupar cargo que antes titularizava.

Os nomes dessas hipóteses de provimento derivado apresentadas são, correta e respectivamente,

- **a)** (I) transposição; (II) readmissão; (III) reintegração; (IV) recondução.
- **b)** (I) reversão; (II) aproveitamento; (III) recondução; (IV) reintegração.
- **c)** (I) aproveitamento; (II) reversão; (III) reintegração; (IV) recondução.
- **d)** (I) readmissão; (II) reversão; (III) reintegração; (IV) aproveitamento.

7 - (Prova: CESPE - 2012 - TJ-CE - Juiz)

Assinale a opção correta com base no que dispõe a Lei n.º 8.112/1990 sobre os recursos administrativos, a responsabilidade dos pareceristas e o sistema de correição do Poder Executivo federal.

- **a)** O pedido de reconsideração deve ser encaminhado à autoridade imediatamente superior à que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão.
- **b)** É pacífico, na jurisprudência do STF, o entendimento de que a emissão de simples parecer opinativo, tanto do que aprova quanto do que ratifica termos de convênio e aditivos, possibilita a responsabilização solidária do parecerista no caso de danos causados ao erário.
- **c)** O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar cuja instauração decorra de ato da Corregedoria- Geral da União não excederá noventa dias, contados da data de instalação da comissão, admitida a sua prorrogação por trinta dias.
- **d)** A Comissão de Coordenação de Correição é o órgão central do sistema de correição do Poder Executivo federal, que compreende as atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades, cabendo à Controladoria-Geral da União fomentar e uniformizar procedimentos dos demais órgãos que integram o referido sistema.
- **e)** Na administração pública federal, a abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição até a decisão final proferida por autoridade competente, e, uma vez interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

8 - (Prova: MPE-SC - 2012 - MPE-SC - Promotor de Justiça)

I – Dotados de personalidade jurídica própria, os órgãos públicos são unidades de atuação da Administração Pública, composto por pessoas e meios materiais para realização de determinadas atribuições.

II – Os cargos em comissão destinam-se tão somente às atribuições de assessoramento, chefia e direção, a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, percentuais e condições mínimas previstos em lei.

III – Como regra geral, a Fazenda Pública, quando parte em juízo, dispõe de prazo em dobro para contestar e em quádruplo para recorrer, salvo exceções previstas em leis específicas.

IV – Os bens públicos de uso especial não admitem utilização, ainda que parcial, de forma exclusiva por particulares.

V – Os recursos administrativos são um modo de controle interno da Administração Pública, todavia inexistente uniformidade em seus prazos de interposição, sendo estes estabelecidos por cada lei ou decreto regulador de determinada matéria.

- **a)** Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- **b)** Apenas as assertivas II e V estão corretas.
- **c)** Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- **d)** Apenas as assertivas I e V estão corretas.
- **e)** Todas as assertivas estão corretas.

9 - (FCC - 2012 - TRT - 6ª Região (PE) - Analista Judiciário)

De acordo com a Lei no 8.112/1990, o servidor público sujeita-se à penalidade de

- **a)** advertência, aplicada verbalmente, no caso de ausentar-se do serviço sem autorização do chefe imediato.
- **b)** suspensão, no caso de reincidência de faltas punidas com advertência, não podendo exceder 90 dias.
- **c)** suspensão, de até 60 dias, quando recusar-se, injustificadamente, a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente.
- **d)** demissão, no caso de opor resistência injustificada ao andamento de processo ou execução de serviço.
- **e)** cassação de aposentadoria na hipótese de prática, na inatividade, de falta punível com pena de demissão.

10 - (FCC - 2012 - TRT - 6ª Região (PE) - Analista Judiciário -)

De acordo com a Lei Federal no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a investidura em cargo público ocorre com

- **a)** a nomeação.
- **b)** a aprovação em concurso público.
- **c)** a posse.
- **d)** o provimento.
- **e)** a habilitação, após a comprovação da aptidão física.

GABARITOS:

1 - D 2 - E 3 - D 4 - C 5 - E 6 - C 7 - E 8 - B 9 - B
10 - C
